



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS GURUPI

EDITAL N.º 36/2018/GUR/REI/IFTO, DE 2 DE JULHO DE 2018

PROCESSO SELETIVO PARA INGRESSO DE ALUNOS NO CURSO FIC/PROEJA EM OPERADOR DE COMPUTADOR DO CAMPUS GURUPI, DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS 2018/2

A DIRETORA-GERAL SUBSTITUTA DO CAMPUS GURUPI, DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS, nomeada pela Portaria nº 243/2018/GUR/REI/IFTO, de 02 de julho de 2018, no uso de suas atribuições legais e regimentais, torna pública a abertura de inscrições para o Processo Seletivo para **ingresso de estudantes** no curso de Formação Inicial e Continuada (FIC) em Operador de Computador, modalidade PROEJA, do *Campus Gurupi/IFTO*.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a tácita aceitação das normas e condições estabelecidas neste edital, em relação às quais não poderá alegar desconhecimento.

1.2. Conforme o art. 2º da Portaria/MEC nº 18/2012, que regulamenta as disposições da Lei nº 12.711/2012 e do Decreto nº 7.824/2012, considera-se:

I. concurso seletivo: o procedimento por meio do qual se selecionam os estudantes para ingresso no ensino médio ou superior, excluídas as transferências e os processos seletivos destinados à portadores de diploma de curso superior;

II. escola pública: a instituição de ensino criada ou incorporada, mantida e administrada pelo Poder Público, nos termos do inciso I, do art. 19, da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996;

a) As escolas pertencentes ao Sistema S (Senai, Sesi, Senac, entre outros), escolas conveniadas ou ainda fundações ou instituições similares (mesmo que mantenham educação gratuita) NÃO são consideradas instituições da rede pública de ensino para participação do processo Seletivo para a aplicação da Lei nº 12.711/2012.

III. família: a unidade nuclear composta por uma ou mais pessoas, eventualmente ampliada por outras pessoas que contribuam para o rendimento ou tenham suas despesas atendidas por aquela unidade familiar, todas moradoras em um mesmo domicílio;

IV. morador: a pessoa que tem o domicílio como local habitual de residência e nele reside na data de inscrição do estudante no concurso seletivo da instituição federal de ensino;

V. renda familiar bruta mensal: a soma dos rendimentos brutos auferidos por todas as pessoas da família, calculada na forma do disposto na Portaria/MEC nº 18/2012.

VI. renda familiar bruta mensal per capita: a razão entre a renda familiar bruta mensal e o total de pessoas da família, calculada na forma do art. 7º da Portaria/MEC nº 18/2012.

2. DAS VAGAS E CURSOS

2.1. Em observância à Lei nº 12.711/12, o IFTO reservará 50% (cinquenta por cento) do total das vagas ofertadas para candidatos que concluíram integralmente o ensino médio em escolas públicas.

2.2. As vagas serão distribuídas em 2 (duas) modalidades de concorrência:

I. Ampla concorrência (AC);

II. Reservas de vagas em consonância com o disposto na Lei n.º 12.711, de 29 de agosto de 2012, alterada pela Lei 13.409, de 28 de dezembro de 2016, no Decreto n.º 7.824, de 11 de outubro de 2012, alterado pelo Decreto n.º 9.034, de 20 de abril de 2017, na Portaria Normativa n.º 18, de 11 de outubro de 2012, alterada pela Portaria Normativa n.º 9, de 5 de maio de 2017, reserva 50% (cinquenta por cento) do total das vagas ofertadas por curso/turno/campus para candidatos que concluíram integralmente o ensino fundamental ou o ensino médio em escolas públicas, conforme discriminado a seguir:

a) R1 candidatos autodeclarados pretos, pardos e indígenas (PPI), com deficiência, que concluíram integralmente o ensino fundamental em escola pública, com renda igual ou inferior a 1,5 salário mínimo per capita, em proporção igual ao percentual dessa população no último censo do IBGE (73,59%);

b) R2 candidatos autodeclarados pretos, pardos e indígenas (PPI), que concluíram integralmente o ensino fundamental em escola pública, com renda igual ou inferior a 1,5 salário mínimo per capita, em proporção igual ao percentual dessa população no último censo do IBGE (73,59%);

c) R3 candidatos que concluíram integralmente o ensino fundamental em escola pública, com deficiência, com renda igual ou inferior a 1,5 salário mínimo per capita, em proporção igual ao percentual dessa população no último censo do IBGE (26,41%);

d) R4 candidatos que concluíram integralmente o ensino fundamental em escola pública, com renda igual ou inferior a 1,5 salário mínimo per capita, em proporção igual ao percentual dessa população no último censo do IBGE (26,41%);

e) R5 candidatos autodeclarados pretos, pardos e indígenas (PPI), com deficiência, que concluíram integralmente o ensino fundamental em escola pública, com renda superior a 1,5 salário mínimo per capita, em proporção igual ao percentual dessa população no último censo do IBGE (73,59%);

f) R6 candidatos autodeclarados pretos, pardos e indígenas (PPI), que concluíram integralmente o ensino fundamental em escola pública, com renda superior a 1,5 salário mínimo per capita, em proporção igual ao percentual dessa população no último censo do IBGE (73,59%);

g) R7 candidatos que concluíram integralmente o ensino fundamental em escola pública, com deficiência, com renda superior a 1,5 salário mínimo per capita, em proporção igual ao percentual dessa população no último censo do IBGE (26,41%);

h) R8 candidatos que concluíram integralmente o ensino fundamental em escola pública, com renda superior a 1,5 salário mínimo per capita, em proporção igual ao percentual dessa população no último censo do IBGE (26,41%).

2.3. Serão ofertadas 35 (trinta e cinco) vagas para o curso FIC/PROEJA em operador de computador, conforme o quadro abaixo:

CURSO	TIPO	TURNO	DISTRIBUIÇÃO DE VAGAS									
			AC ¹	Vagas Lei n. 12.711/12 ²								Total
				R1	R2	R3	R4	R5	R6	R7	R8	
Operador de Computador	FIC/PROEJA	Noturno	17	4	3	2	1	3	3	1	1	35

¹ Ampla concorrência.

² Vagas reservadas pela Lei n. 12.711/12.

2.4. No caso de não preenchimento da totalidade das vagas, qualquer que seja a modalidade de concorrências, serão chamados os candidatos classificados nas outras modalidades, conforme a seguinte ordem de preferência:

I. As vagas destinadas aos candidatos da modalidade R1, serão ofertadas aos candidatos das modalidades R2, R3, R4, R5, R6, R7, R8 e AC, nesta ordem;

II. As vagas destinadas aos candidatos da modalidade R2, serão ofertadas aos candidatos das modalidades R1, R3, R4, R5, R6, R7, R8 e AC, nesta ordem;

III. As vagas destinadas aos candidatos da modalidade R3, serão ofertadas aos candidatos das modalidades R4, R1, R2, R5, R6, R7, R8 e AC, nesta ordem; e

IV. As vagas destinadas aos candidatos da modalidade R4, serão ofertadas aos candidatos das modalidades R3, R1, R2, R5, R6, R7, R8 e AC, nesta ordem.

IV. As vagas destinadas aos candidatos da modalidade R5, serão ofertadas aos candidatos das modalidades R4, R3, R6, R7, R8, R1, R2, e AC, nesta ordem.

V. As vagas destinadas aos candidatos da modalidade AC serão ofertadas aos candidatos da modalidade R1, R2, R3, R4, R5, R6, R7, R8 nesta ordem.

2.5. Os candidatos inscritos nas modalidades de concorrência R1, R2, R3, R4, R5, R6, R7, R8 deverão comprovar que atendem os requisitos de ingresso por meio de documentos a serem entregues no prazo estipulado no cronograma (Anexo I), caso venham a ser convocados.

3. DA INSCRIÇÃO E DA CONFIRMAÇÃO DA INSCRIÇÃO

3.1. A inscrição será realizada PRESENCIALMENTE na Coordenação de Gestão de Documentos (Protocolo) do *campus* Gurupi do IFTO, no período de **02 de julho a 16 de julho de 2018 das 08:00 às 12:00 e de 14:00 às 18:00 horas.**

3.1.1. Não haverá taxa de inscrição.

3.2. No ato da inscrição, o candidato deverá informar seguintes dados pessoais:

I. Nome completo do candidato;

II. Data de nascimento do candidato;

III. Número do Documento de Identificação Oficial, com foto atual do candidato;

IV. CPF do candidato;

V. E-mail do candidato;

VI. Telefone fixo ou celular, para contato.

3.3. Além das informações constantes no item anterior, o candidato deverá optar, no ato da inscrição, por uma modalidade de concorrência, dentre as seguintes:

I - I. AC - Ampla concorrência, para quaisquer candidatos interessados, independente da natureza jurídica da escola na qual seja egresso, da renda familiar e da etnia/raça/cor;

II - R1 candidatos autodeclarados pretos, pardos e indígenas (PPI), com deficiência, que concluíram integralmente o ensino fundamental em escola pública, com renda igual ou inferior a 1,5 salário mínimo per capita, em proporção igual ao percentual dessa população no último censo do IBGE (73,59%);

III - R2 candidatos autodeclarados pretos, pardos e indígenas (PPI), que concluíram integralmente o ensino fundamental em escola pública, com renda igual ou inferior a 1,5 salário mínimo per capita, em proporção igual ao percentual dessa população no último censo do IBGE (73,59%);

IV - R3 candidatos que concluíram integralmente o ensino fundamental em escola pública, com deficiência, com renda igual ou inferior a 1,5 salário mínimo per capita, em proporção igual ao percentual dessa população no último censo do IBGE (26,41%);

V - R4 candidatos que concluíram integralmente o ensino fundamental em escola pública, com renda igual ou inferior a 1,5 salário mínimo per capita, em proporção igual ao percentual dessa população no último censo do IBGE (26,41%);

VI - R5 candidatos autodeclarados pretos, pardos e indígenas (PPI), com deficiência, que concluíram integralmente o ensino fundamental em escola pública, com renda superior a 1,5 salário mínimo per capita, em proporção igual ao percentual dessa população no último censo do IBGE (73,59%);

VII - R6 candidatos autodeclarados pretos, pardos e indígenas (PPI), que concluíram integralmente o ensino fundamenta em escola pública, com renda superior a 1,5 salário mínimo per capita, em proporção igual ao percentual dessa população no último censo do IBGE (73,59%);

VIII - R7 candidatos que concluíram integralmente o ensino fundamental em escola pública, com deficiência, com renda superior a 1,5 salário mínimo per capita, em proporção igual ao percentual dessa população no último censo do IBGE (26,41%);

IX - R8 candidatos que concluíram integralmente o ensino fundamental em escola pública, com renda superior a 1,5 salário mínimo per capita, em proporção igual ao percentual dessa população no último censo do IBGE (26,41%).

4. DO SORTEIO E DA DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS

4.1. A seleção para o preenchimento das vagas ofertadas por este edital será por sorteio público a ser realizado no dia 17 de julho de 2018, às 10 horas, no miniauditório do *campus* Gurupi.

4.1.1. A classificação será definida pela ordem do sorteio, considera-se APROVADO o candidato sorteado dentro do número de vagas oferecidas, respeitada a modalidade de concorrência, e CLASSIFICADO o candidato sorteado fora do número de vagas.

4.2. Caso o número de inscritos seja menor que o número de vagas disponíveis, não haverá sorteio e todos os candidatos ingressarão pela modalidade de AC (ampla concorrência).

4.3. No caso do item anterior, o resultado do sorteio será substituído por edital de homologação.

4.4. O resultado do sorteio ou, ocorrendo a situação prevista no item 4.2, a homologação dos inscritos serão publicados no dia **17 de julho de 2018**, no endereço eletrônico: <http://portal.ifto.edu.br/gurupi/campus-gurupi/seletivos>

5. DAS MATRÍCULAS

5.1. O procedimento de matrícula subdivide-se em duas etapas:

a) Pré-matrícula: realizada exclusivamente pelos candidatos convocados a matrícula por meio do preenchimento de um formulário eletrônico disponível no endereço: <http://portal.ifto.edu.br/gurupi/campus-gurupi/seletivos>

b) Confirmação da matrícula: comparecimento presencial do candidato convocado na Coordenação de Registros Escolares - CORES do *campus* Gurupi para a entrega dos documentos de necessários para a efetivação da matrícula.

5.1.1. Candidato menor de 18 anos não poderão fazer a inscrição.

5.2. A confirmação da matrícula dos candidatos pré-matriculados será realizada na Coordenação de Registros Escolares – CORES do IFTO/*Campus* Gurupi no horário de 8 às 18 horas.

5.2.1. A matrícula para os candidatos convocados em **1ª chamada** deverá ser realizada nos dias **18, 19 e 20 de julho de 2018**.

5.2.2. Havendo vagas não preenchidas, uma **2ª chamada** será publicada em **23 de julho de 2018**, com prazo para matrícula de **24 e 25 julho de 2018**.

5.2.3. Havendo vagas não preenchidas, uma **3ª chamada** será publicada em **26 julho de 2018**, com prazo para matrícula de **27 e 30 de julho de 2018**.

5.3. Persistindo vagas ociosas, o IFTO/*Campus* Gurupi poderá realizar tantas chamadas quanto forem necessárias ao preenchimento das vagas disponíveis.

5.4. A não apresentação do candidato convocado, dentro do período determinado, autoriza o IFTO a convocar o próximo candidato de acordo com a ordem de classificação, o tipo de concorrência e o total de vagas.

5.5. São documentos de apresentação obrigatória para a matrícula:

- a) uma foto recente de 3x4 cm;
- b) certidão de nascimento ou casamento (original);
- c) histórico escolar do ensino fundamental (original);
- d) documento de identificação (original),
- e) CPF (original) ou comprovação de inscrição no CPF, ou documento de identificação que conste o número do CPF;
- f) cópia do título de eleitor (original);
- g) comprovante de quitação eleitoral de todos os turnos da última eleição (original), ou certidão de quitação eleitoral emitida pelo site do TSE, para candidatos maiores de dezoito anos;
- h) documento de quitação com o serviço militar, com validade vigente, para candidatos do sexo masculino com idade entre 18 e 45 anos (original);
- i) comprovante de endereço residencial (original);
- j) documentos descritos no item 1.1, caso o candidato concorra às vagas reservadas pela Lei nº 12.711/12 (R1, R2, R3 e R4, R5, R6, R7 e R8).

5.5.1. Não será exigido o histórico escolar no caso de estudantes que apresentem certificação de conclusão do ensino fundamental pelo ENCCEJA e outros meios de certificação que não possuam histórico.

5.5.2. O candidato estrangeiro deve apresentar passaporte atualizado e/ou documento de identidade de estrangeiro, permanente ou temporário, atualizado, ou fotocópia do protocolo do processo, bem como histórico escolar do ensino fundamental ou equivalente (original e cópia), traduzido para a língua portuguesa por tradutor oficial e juramentado.

5.5.3. Em caso de perda, furto ou roubo de certidão de nascimento ou casamento e/ou documento de identificação, o candidato deverá apresentar, no dia da realização da matrícula, Boletim de Ocorrência Policial – BO –, emitido no máximo 15 dias antes da matrícula, e deverá assinar termo de compromisso, no qual assumirá a responsabilidade de providenciar 2ª via de sua documentação perdida, furtada ou roubada, em até 30 dias, sob pena de cancelamento da vaga.

5.6. O candidato selecionado que não efetuar a matrícula no período fixado ou que não apresentar a totalidade dos documentos exigidos no ato da matrícula terá sua vaga cancelada e não será incluído nas chamadas seguintes, se houver, sendo chamado outro, conforme ordem de classificação, em seu lugar.

6. DA MATRÍCULA PELAS VAGAS RESERVADAS (R1, R2, R3 E R4, R5, R6, R7 E R8)

6.1. Além dos documentos de apresentação obrigatória para a matrícula, descritos no item 5.5., os candidatos convocados pelas vagas reservadas de que trata a Lei nº 12.711/2012 (R1, R2, R3 e R4, R5, R6, R7 e R8) deverão comprovar que atendem os requisitos específicos para ingresso, mediante a entrega de documentos comprobatórios.

6.2. Os referidos documentos deverão ser entregues na Coordenação de Registros Escolares em envelope lacrado e identificado na parte externa com o "nome do candidato, número de inscrição e curso para o qual concorre à vaga", conjuntamente com os documentos necessários para a matrícula.

6.3. Serão exigidos os seguintes documentos, conforme as modalidades de concorrência:

6.3.1. Candidatos da modalidade R1:

- a) cédula de identidade e CPF do candidato, original e cópia;
- b) questionário socioeconômico (Anexo II), devidamente preenchido e assinado;
- c) formulários de autodeclaração de cor/etnia, renda e membros da família (Anexos III e V), originais, devidamente preenchidos e assinados;
- d) uma foto colorida de 3x4 cm recente;
- e) declaração com firma reconhecida, emitida pela FUNAI (Anexo III), atestando que o candidato pertence à etnia indígena (no caso de o candidato se autodeclarar indígena);
- f) histórico escolar do ensino fundamental de comprovação de escolaridade exigida no curso para o qual está inscrito, integralmente concluído em escola pública (cópia autenticada em cartório ou cópia acompanhada do original para autenticação no *campus*).
- g) laudo médico original ou cópia autenticada em cartório contendo o número de inscrição no Conselho Regional de Medicina (CRM), emitido nos últimos 12 meses, atestando o tipo, grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças (CID-10), bem como a provável causa da deficiência;
- h) declaração de composição familiar, número de membros e renda da família (Anexo V);
- i) cópia do RG e do CPF de cada um dos membros da família que possui renda (cópia autenticada em cartório ou cópia acompanhada do original para autenticação no *campus*).

I - Comprovantes atualizados de renda bruta dos últimos 3 (três) meses de cada um dos membros da família que possui renda, em uma das seguintes formas:

- a) cópia dos contracheques ou comprovantes atualizados de renda bruta similar de cada membro da família que se enquadre nessa situação;
- b) cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) contendo as páginas de identificação pessoal, de contrato de serviço, inclusive a primeira página em branco, e de atualizações de salário de cada membro da família que se enquadre nessa situação;
- c) para aposentados e pensionistas que não possuem os documentos citados nas alíneas “a” e “b” do inciso I, será exigida a apresentação do extrato atualizado do pagamento do benefício de cada membro da família que se enquadre nessa situação;
- d) para autônomos e profissionais liberais que não possuem os documentos citados nas alíneas “a” e “b” do inciso I, será exigida a apresentação da “Declaração de Serviço Autônomo/Atividade Rural”, conforme formulário do Anexo IV, para cada membro da família que se enquadre nessa situação, atestando o valor atualizado compatível com a renda bruta recebida;
- e) para trabalhador que exerce atividade rural que não possui os documentos citados nas alíneas “a” e “b” do inciso I; será exigida a apresentação da “Declaração de Serviço Autônomo/Atividade Rural”, conforme formulário do Anexo IV, para cada membro da família que se enquadre nessa situação, atestando o valor da renda bruta recebida;
- f) para famílias que tenham renda bruta por meio de locação de móveis ou imóveis e/ou arrendamento, além dos documentos citados nos subitens anteriores (quando for o caso), será exigida a apresentação de declaração, acrescida do recibo atualizado de cada bem alugado/arrendado;
- g) para famílias que tenham exclusivamente renda bruta por meio de locação de móveis ou imóveis e/ou arrendamento, será exigida a apresentação de declaração de que não possuem outras fontes de renda e apresentação do recibo atualizado de cada bem alugado/arrendado;
- h) para famílias inscritas em programas sociais, os membros deverão estar inscritos no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), de que trata o Decreto n.º 6.135, de 26 de junho de 2007, e será exigida a apresentação da “Ficha Resumo do Número de Identificação Social” (NIS) a ser solicitada na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social.

6.3.2. Candidatos da modalidade R2:

- a) cédula de identidade e CPF do candidato, original e cópia;
- b) questionário socioeconômico (Anexo II), devidamente preenchido e assinado;
- c) formulários de autodeclaração de cor/etnia, renda e membros da família (Anexos III e V), originais, devidamente preenchidos e assinados;
- d) uma foto colorida de 3x4 cm recente;
- e) declaração com firma reconhecida, emitida pela FUNAI (Anexo III), atestando que o candidato pertence à etnia indígena (no caso de o candidato se autodeclarar indígena);
- f) histórico escolar do ensino fundamental de comprovação de escolaridade exigida no curso para o qual está inscrito, integralmente concluído em escola pública (cópia autenticada em cartório ou cópia acompanhada do original para autenticação no *campus*).
- g) declaração de composição familiar e número de membros da família (Anexo V);
- h) cópia do RG e do CPF de cada um dos membros da família que possui renda (cópia autenticada em cartório ou cópia acompanhada do original para autenticação no *campus*).

I - Comprovantes atualizados de renda bruta dos últimos três meses de cada um dos membros da família que possui renda, em uma das seguintes formas:

- a) cópia dos contracheques ou comprovantes atualizados de renda bruta similar de cada membro da família que se enquadre nessa situação;
- b) cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) contendo as páginas de identificação pessoal, de contrato de serviço, inclusive a primeira página em branco, e de atualizações de salário de cada membro da família que se enquadre nessa situação;
- c) para aposentados e pensionistas que não possuem os documentos citados nas alíneas “a” e “b” do inciso I, será exigida a apresentação do extrato atualizado do pagamento do benefício de cada membro da família que se enquadre nessa situação;
- d) para autônomos e profissionais liberais que não possuem os documentos citados nas alíneas “a” e “b” do inciso I, será exigida a apresentação da “Declaração de Serviço Autônomo/Atividade Rural”, conforme formulário do Anexo IV, para cada membro da família que se enquadre nessa situação, atestando o valor atualizado compatível com a renda bruta recebida;
- e) para trabalhador que exerce atividade rural e não possui os documentos citados nas alíneas “a” e “b” do inciso I, será exigida a apresentação da “Declaração de Serviço Autônomo/Atividade Rural”, conforme formulário do Anexo IV, para cada membro da família que se enquadre nessa situação, atestando o valor da renda bruta recebida.

6.3.3. Candidatos da modalidade R3:

- a) cédula de identidade e CPF do candidato, original e cópia;
- b) uma foto colorida de 3x4 cm recente;
- c) formulário de renda e membros da família (Anexo V), original, devidamente preenchido e assinado;
- d) histórico escolar do ensino fundamental de comprovação de escolaridade exigida no curso para o qual está inscrito, integralmente concluído em escola pública (cópia autenticada em cartório ou cópia acompanhada do original para autenticação no *campus*).
- e) laudo médico original ou cópia autenticada em cartório contendo o número de inscrição no Conselho Regional de Medicina (CRM), emitido nos últimos 12 meses, atestando o tipo, grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças (CID-10), bem como a provável causa da deficiência;
- f) cópia do RG e do CPF de cada um dos membros da família que possui renda (cópia autenticada em cartório ou cópia acompanhada do original para autenticação no *campus*).

I - Comprovantes atualizados de renda bruta dos últimos 3 (três) meses de cada um dos membros da família que possui renda, em uma das seguintes formas:

a) cópia dos contracheques ou comprovantes atualizados de renda bruta similar de cada membro da família que se enquadre nessa situação;

b) cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) contendo as páginas de identificação pessoal, de contrato de serviço, inclusive a primeira página em branco, e de atualizações de salário de cada membro da família que se enquadre nessa situação;

c) para aposentados e pensionistas que não possuem os documentos citados nas alíneas “a” e “b” do inciso I, será exigida a apresentação do extrato atualizado do pagamento do benefício de cada membro da família que se enquadre nessa situação;

d) para autônomos e profissionais liberais que não possuem os documentos citados nas alíneas “a” e “b” do inciso I, será exigida a apresentação da “Declaração de Serviço Autônomo/Atividade Rural”, conforme formulário do Anexo IV, para cada membro da família que se enquadre nessa situação, atestando o valor atualizado compatível com a renda bruta recebida;

e) para trabalhador que exerce atividade rural e não possui os documentos citados nas alíneas “a” e “b” do inciso I, será exigida a apresentação da “Declaração de Serviço Autônomo/Atividade Rural”, conforme formulário do Anexo IV, para cada membro da família que se enquadre nessa situação, atestando o valor da renda bruta recebida;

f) para famílias que tenham renda bruta por meio de locação de móveis ou imóveis e/ou arrendamento, além dos documentos citados nos subitens anteriores (quando for o caso), será exigida a apresentação de declaração, acrescida do recibo atualizado de cada bem alugado/arrendado;

g) para famílias que tenham exclusivamente renda bruta por meio de locação de móveis ou imóveis e/ou arrendamento, será exigida a apresentação de declaração de que não possuem outras fontes de renda e apresentação do recibo atualizado de cada bem alugado/arrendado;

h) para famílias inscritas em programas sociais, os membros deverão estar inscritos no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), de que trata o Decreto n.º 6.135, de 26 de junho de 2007, e será exigida a apresentação da “Ficha Resumo do Número de Identificação Social” (NIS), a ser solicitada na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social.

6.3.4. Candidatos da modalidade R4:

a) cédula de identidade e CPF do candidato, original e cópia;

b) uma foto colorida de 3x4 cm recente;

c) formulário de renda e membros da família (Anexo V), original, devidamente preenchido e assinado;

d) histórico escolar do ensino fundamental de comprovação de escolaridade exigida no curso para o qual está inscrito, integralmente concluído em escola pública (cópia autenticada em cartório ou cópia acompanhada do original para autenticação no *campus*).

e) cópia do RG e do CPF de cada um dos membros da família que possui renda (cópia autenticada em cartório ou cópia acompanhada do original para autenticação no *campus*).

I - Comprovantes atualizados de renda bruta dos últimos 3 (três) meses de cada um dos membros da família que possui renda, em uma das seguintes formas:

a) cópia dos contracheques ou comprovantes atualizados de renda bruta similar de cada membro da família que se enquadre nessa situação;

b) cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) contendo as páginas de identificação pessoal, de contrato de serviço, inclusive a primeira página em branco, e de atualizações de salário de cada membro da família que se enquadre nessa situação;

c) para aposentados e pensionistas que não possuem os documentos citados nas alíneas “a” e “b” do inciso I, será exigida a apresentação do extrato atualizado do pagamento do benefício de cada

membro da família que se enquadre nessa situação;

d) para autônomos e profissionais liberais que não possuem os documentos citados nas alíneas “a” e “b” do inciso I, será exigida a apresentação da “Declaração de Serviço Autônomo/Atividade Rural”, conforme formulário do Anexo IV, para cada membro da família que se enquadre nessa situação, atestando o valor atualizado compatível com a renda bruta recebida;

e) para trabalhador que exerce atividade rural e não possui os documentos citados nas alíneas “a” e “b” do inciso I, será exigida a apresentação da “Declaração de Serviço Autônomo/Atividade Rural”, conforme formulário do Anexo IV, para cada membro da família que se enquadre nessa situação, atestando o valor da renda bruta recebida;

f) para famílias que tenham renda bruta por meio de locação de móveis ou imóveis e/ou arrendamento, além dos documentos citados nos subitens anteriores (quando for o caso), será exigida a apresentação de declaração, acrescida do recibo atualizado de cada bem alugado/arrendado;

g) para famílias inscritas em programas sociais, os membros deverão estar inscritos no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), de que trata o Decreto n.º 6.135, de 26 de junho de 2007, e será exigida a apresentação da “Ficha Resumo do Número de Identificação Social” (NIS), a ser solicitada na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social.

6.3.5. Candidatos da modalidade R5:

a) cédula de identidade e CPF do candidato, original e cópia;

b) uma foto colorida de 3x4 cm recente;

c) formulários de autodeclaração de cor/etnia, renda e membros da família (Anexos III e V), originais, devidamente preenchidos e assinados;

d) declaração com firma reconhecida, emitida pela FUNAI (Anexo III), atestando que o candidato pertence à etnia indígena (no caso de o candidato se autodeclarar indígena);

e) histórico escolar do ensino fundamental de comprovação de escolaridade exigida no curso para o qual está inscrito, integralmente concluído em escola pública (cópia autenticada em cartório ou cópia acompanhada do original para autenticação no *campus*).

f) laudo médico original ou cópia autenticada em cartório contendo o número de inscrição no Conselho Regional de Medicina (CRM), emitido nos últimos 12 meses, atestando o tipo, grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças (CID-10), bem como a provável causa da deficiência.

6.3.6. Candidatos da modalidade R6:

a) cédula de identidade e CPF do candidato, original e cópia;

b) uma foto colorida de 3x4 cm recente;

c) formulários de autodeclaração de cor/etnia, renda e membros da família (Anexos III e V), originais, devidamente preenchidos e assinados;

d) declaração com firma reconhecida, emitida pela FUNAI (Anexo III), atestando que o candidato pertence à etnia indígena (no caso de o candidato se autodeclarar indígena);

e) histórico escolar do ensino fundamental de comprovação de escolaridade exigida no curso para o qual está inscrito, integralmente concluído em escola pública (cópia autenticada em cartório ou cópia acompanhada do original para autenticação no *campus*).

6.3.7. Candidatos da modalidade R7:

a) cédula de identidade e CPF do candidato, original e cópia;

b) uma foto colorida de 3x4 recente;

c) histórico escolar do ensino fundamental de comprovação de escolaridade exigida no curso para o qual está inscrito, integralmente concluído em escola pública (cópia autenticada em cartório ou cópia acompanhada do original para autenticação no *campus*).

d) laudo médico original ou cópia autenticada em cartório contendo o número de inscrição no Conselho Regional de Medicina (CRM), emitido nos últimos 12 meses, atestando o tipo, grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças (CID-10), bem como a provável causa da deficiência.

6.3.8. **Candidatos da modalidade R8:**

a) cédula de identidade e CPF do candidato (cópia autenticada em cartório ou cópia acompanhada do original para autenticação no *campus*);

b) uma foto colorida de 3x4 cm recente;

c) histórico escolar do ensino fundamental de comprovação de escolaridade exigida no curso para o qual está inscrito, integralmente concluído em escola pública (cópia autenticada em cartório ou cópia acompanhada do original para autenticação no *campus*).

6.4. O envelope entregue deverá conter a totalidade dos documentos requeridos para análise e validação.

6.5. É de inteira responsabilidade do candidato a entrega dos documentos exigidos para comprovação da modalidade de reserva de vaga para a qual se inscreveu.

6.6. No ato do protocolo será entregue ao candidato o comprovante de recebimento do envelope lacrado.

6.7. A avaliação quanto à condição de pessoa preta ou parda considerará os seguintes aspectos:

a) informação prestada no ato da inscrição quanto à condição de pessoa preta ou parda;

b) autodeclaração assinada pelo(a) candidato(a) (Anexo III), ratificando sua condição de pessoa preta ou parda, indicada no ato da inscrição;

c) fenótipo apresentado pelo(a) candidato(a) em foto enviada junto com a documentação.

6.8. O candidato que não entregar os documentos exigidos neste item, no prazo em que foi convocado para a matrícula, perderá o direito às vagas reservadas (R1, R2, R3, R4, R5, R6, R7 e R8), mantendo sua posição classificatória na modalidade AC (ampla concorrência).

6.9. O candidato que não atender à modalidade de reserva de vaga para a qual se inscreveu terá sua matrícula cancelada, mantendo sua posição classificatória na modalidade AC (ampla concorrência).

6.10. O Cálculo da renda familiar bruta mensal per capita será apurada de acordo com o seguinte procedimento de cálculo:

I. calcula-se a soma dos rendimentos brutos auferidos por todas as pessoas da família a que pertence o candidato, levando-se em consideração os três meses anteriores à data de convocação do candidato no Vestibular para comprovação da renda;

II. calcula-se a média mensal dos rendimentos brutos apurados; e

III. divide-se o valor da média mensal apurado pelo número de pessoas da família do candidato.

6.11. No cálculo referido no inciso I do item anterior serão computados os rendimentos de qualquer natureza percebidos pelas pessoas da família, a título regular ou eventual, inclusive aqueles provenientes de locação ou de arrendamento de bens móveis e imóveis.

6.12. Estão excluídos do cálculo de que trata o item 6.11:

I. os valores percebidos a título de:

a) auxílios para alimentação e transporte;

b) diárias e reembolsos de despesas;

c) adiantamentos e antecipações;

d) estornos e compensações referentes a períodos anteriores;

e) indenizações decorrentes de contratos de seguros;

- f) indenizações por danos materiais e morais por força de decisão judicial; e
- II. os rendimentos percebidos no âmbito dos seguintes programas:
- a) Programa de Erradicação do Trabalho Infantil;
 - b) Programa Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano;
 - c) Programa Bolsa Família e os programas remanescentes nele unificados;
 - d) Programa Nacional de Inclusão do Jovem (Pró-Jovem);
 - e) Auxílio Emergencial Financeiro e outros programas de transferência de renda destinados à população atingida por desastres, residente em municípios em estado de calamidade pública ou situação de emergência; e
 - f) demais programas de transferência condicionada de renda, implementados pela União, Estados, Distrito Federal ou municípios.

7. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

7.1. A inscrição no presente Processo Seletivo implicará o conhecimento e a aceitação irrestrita de suas normas, bem como e exigências, sem direito algum a compensações, caso ocorra anulação ou cancelamento da inscrição, eliminação no processo seletivo ou, ainda, não aproveitamento por falta de vagas ou por inobservância dos ditames e dos prazos fixados.

7.2. Sempre que necessário, o IFTO fará divulgar avisos oficiais e normas complementares ao presente edital.

7.3. É de inteira responsabilidade do candidato ficar atento quanto a qualquer comunicação que, caso necessário, seja divulgada no endereço eletrônico <http://portal.iftto.edu.br/gurupi/campus-gurupi/seletivos>

7.4. Estará automaticamente eliminado o candidato que utilizar quaisquer meios ilícitos para inscrição ou matrícula.

7.5. Os candidatos que forem aprovados e efetuarem suas matrículas estão cientes de que frequentarão suas aulas no *campus* Gurupi escolhidos no ato da inscrição ou em outro local indicado pela direção-geral do *campus*, e, também, da possibilidade de serem oferecidas aulas, inclusive, aos sábados, períodos de férias e em turnos diferentes dos dispostos neste edital.

7.6. A efetivação da matrícula implica a aceitação, por parte do estudante, dos regulamentos existentes para o respectivo curso, bem como de outras normas institucionais e disciplinares.

7.7. Os casos omissos, neste edital, serão decididos pela Comissão do Processo Seletivo 2018/2, constituída pela Portaria n. 225/2018, de 19 de junho de 2018.

7.8. As aulas do segundo semestre letivo de 2018 ocorrerão de acordo com o calendário escolar do IFTO-*campus* Gurupi, cumprindo a carga horária estabelecida para o curso, na legislação educacional vigente.


Michelle Cardoso da Silva
Diretora-geral em *substituição*



Documento assinado eletronicamente por **Michelle Cardoso da Silva, Diretora-geral Substituta**, em 02/07/2018, às 19:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ifto.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0399984** e o código CRC **A2FEDBE5**.

 Alameda Madri, 545
esquina com a rua Saragoça - Jardim Sevilha
CEP 77.410-470 Gurupi - TO
(63) 3311-5400
www.ifto.edu.br - gurupi@ifto.edu.br

Referência: Processo nº 23338.017697/2018-89

SEI nº 0399984